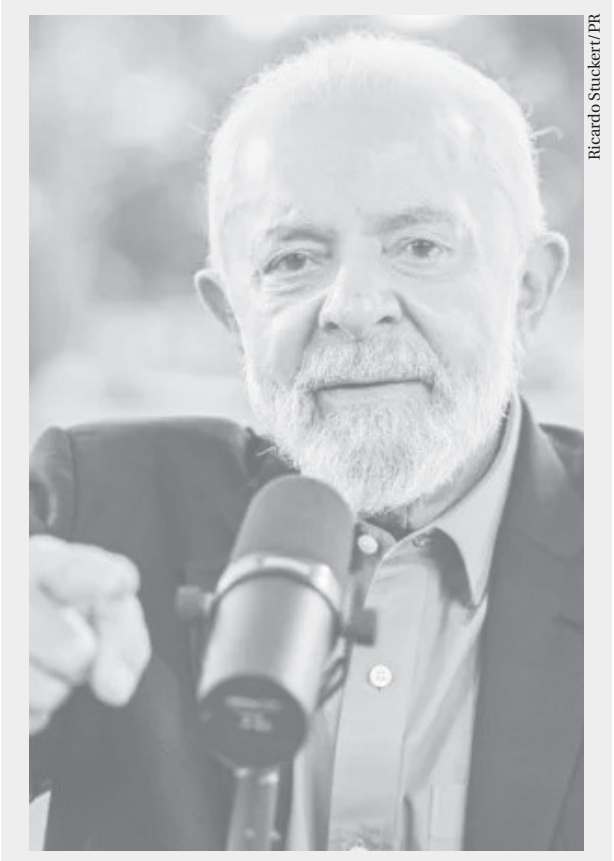


DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – DPE-PR
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 90029/2025
Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos, peças e acessórios de informática prestação de serviços de execução e remoção de infraestruturas de rede lógica, cabeamento estruturado, instalações elétricas e telefônicas, com fornecimento de material, em ambientes ocupados atualmente e eventuais futuras sedes a serem implantadas da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em todo o Estado do Paraná.
Local da sessão: www.gov.br/compras/ UASG: 929443 / PE 90029/2025.
Acolhimento das propostas: Início: Data da disponibilização do edital no sistema; Fim: Horário de abertura da sessão.
Abertura da sessão pública: 29/10/2025, às 14:00 horas (Horário de Brasília – DF).
Acesso ao edital: www.defensoriapublica.pr.def.br e www.gov.br/pncp/

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – DPE-PR
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 90028/2025
Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de switches gerenciáveis (com suporte à Tecnologia Power over Ethernet) com garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses e Treinamento online para atender às necessidades de expansão da infraestrutura de rede da DPE/PR.
Local da sessão: www.gov.br/compras/ UASG: 929443 / PE 90028/2025.
Acolhimento das propostas: Início: Data da disponibilização do edital no sistema; Fim: Horário de abertura da sessão.
Abertura da sessão pública: 21/10/2025, às 14:00 horas (Horário de Brasília – DF).
Acesso ao edital: www.defensoriapublica.pr.def.br e www.gov.br/pncp/



Ricardo Stuckert/PR

■ Lula: “Derrubar a MP é votar contra o equilíbrio das contas públicas”

“Derrota não é do governo, mas do povo”, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que a derubada da medida provisória (MP) que previa o aumento de tributos e ampliava a arrecadação não representa uma derrota do governo, mas sim “uma derrota do povo brasileiro”. A proposta nem chegou a ser votada no mérito. Articulada por partidos do Centrão e da oposição, a decisão foi interpretada no Palácio do Planalto como um revés político para o governo e para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tentavam assegurar

uma recomposição de receitas para equilibrar as contas públicas.

“A decisão da Câmara de derrubar a medida provisória que corrigia injustiças no sistema tributário não é uma derrota imposta ao governo, mas ao povo brasileiro”, afirmou Lula em nota divulgada pela Presidência. Segundo o presidente, a MP reduzia distorções ao cobrar mais de quem ganha e lucra mais, e impedir essa correção “é votar contra o equilíbrio das contas públicas e contra a justiça tributária”. ■

Câmara derruba MP que aumentaria arrecadação

Texto taxava bets e rendimentos de aplicações financeiras

A Câmara dos Deputados retirou ontem da pauta de votação a Medida Provisória (MP) 1303/2025, que taxaria rendimentos de aplicações financeiras e apostas esportivas e compensaria a revogação de decreto que previa aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A MP precisava ser aprovada até ontem para não perder a eficácia. Com a retirada da pauta, o texto caducou. Foram 251 votos favoráveis e 193 contrários ao pedido, apresentado pela oposição.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cobrou que o Congresso Nacional cumprisse o acordo firmado com o Governo Federal para aprovação da MP. Haddad disse que o governo manteve diálogo com os parlamentares e que fez concessões. No entanto, os



Lula Marques/ABR

■ Pedido de retirada da MP da pauta de votações partiu de partidos de oposição

partidos do centrão vinham se posicionando contra a medida. O relator da MP, Carlos Zarattini (PT), argumentou ainda que atendeu a praticamente todos os pe-

didos dos parlamentares. “Trabalhamos nesses 120 dias para garantir a aprovação da MP. Avançamos em alguns pontos, atendemos muitas reivindicações, fi-

zamos um texto que teria todas as condições de ser aprovado nessa Casa e de ser sancionado pelo presidente da República, um texto de consenso”, disse. ■

Senado aprova pena maior para exploração sexual de crianças

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 425/2024, que endurece a pena para a prática de crime de exploração sexual de crianças e adolescentes. Caso não haja recurso para votação em plenário, a proposta segue para análise da Câmara dos Deputados. Antes, a matéria havia sido aprovada na Comissão de Direitos Humanos (CDH).



SMCS

■ Proposta aprovada no Senado ainda deve ser analisada pela Câmara

O projeto altera o Código Penal. Atualmente, a pena para o crime é de quatro a dez anos de

reclusão. O projeto eleva a punição para seis a 12 anos de reclusão. A relatora do projeto, senadora Eliziane Gama (PSD), argumentou que o projeto corrige distorções na aplicação prática da pena, uma vez que o atual patamar sancionatório ainda admite, em hipóteses de gravidade inequívoca, a fixação de regime inicial aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. ■

Relator arquiva processo de cassação de Eduardo Bolsonaro

Um pedido de vista adiou a apreciação do parecer preliminar sobre o pedido de cassação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL) no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Na reunião de ontem, o relator, deputado Delegado Marcelo Freitas (União) votou para arquivar um dos processos contra o parlamentar. A representação pede a cassação por quebra de decoro.

Como houve pedido de

vista coletivo, o parecer deverá ser votado na próxima reunião do colegiado. Caso seja aprovado, será dado prosseguimento ao processo contra Eduardo Bolsonaro no colegiado. O pedido contra Eduardo Bolsonaro foi feito pelo PT. O partido argumentou que a conduta do deputado nos Estados Unidos, onde mora desde fevereiro, é incompatível com o desempenho das funções parlamentares. ■



Lula Marques/ABR

■ Decisão do relator Marcelo Freitas (centro) foi alvo de pedido de vista coletivo